

Praticando

Solução
a solução para o seu concurso!

ALE-RR

500

QUESTÕES

**TÉCNICO LEGISLATIVO-
ASSISTENTE LEGISLATIVO**

**INSTITUTO FCC
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Administração Financeira e Orçamentária
- ▶ Noções de Administração Pública
- ▶ Noções de Processo Legislativo
- ▶ Noções de Legística



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ALE-RR

500 QUESTÕES GABARITADAS - ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Técnico Legislativo –
Assistente Legislativo

EDITAL Nº 002/2026



CÓD: SL-034AB-26
7908433294597

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Direito Constitucional.....	53
3. Noções de Direito Administrativo.....	75
4. Noções de Administração Financeira e Orçamentária	93
5. Noções de Administração Pública.....	113
6. Noções de Processo Legislativo	133
7. Noções de Legística.....	151

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2022)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

*O rio de minha terra é um deus estranho.
Ele tem braços, dentes, corpo, coração,
muitas vezes homicida,
foi ele quem levou o meu irmão.
É muito calmo o rio de minha terra.
Suas águas são feitas de argila e de mistérios.
Nas solidões das noites
enluaradas
a maldição de Crispim desce
sobre as águas
encrespadas.*

*O rio de minha terra é um deus estranho.
Um dia ele deixou o monótono caminhar de corpo mole*

*para subir as poucas rampas do seu cais.
Foi conhecendo o movimento da cidade,
a pobreza residente nas taperas marginais.
Pois tão irado e tão potente fez-se o rio
que todo um povo se juntou para enfrentá-lo.
Mas ele prosseguiu indiferente,
carregando no seu dorso bois e gente,
até roçados de arroz e de feijão.
Na sua obstinada e galopante caminhada,
destruiu paredes, casas, barricadas,
deixando no percurso mágoa e dor.
Depois subiu os degraus da igreja santa
e postou-se horas sob os pés do Criador.
E desceu devagarinho, até deitar-se
novamente no seu leito.
Mas toda noite o seu olhar de rio
fica boiando sob as luzes da cidade.*

(Adaptado de: MORAES, Herculano. *O rio da minha terra*.
Disponível em: <https://www.escritas.org>)

Considerado no contexto do poema, o prefixo “en-”, constituinte de “enluaradas” e “encrespadas”, apresenta, respectivamente, efeito semântico semelhante nas palavras:

- (A) enterradas e enraizadas.
- (B) ensacadas e engarrafadas.
- (C) enfeitadas e enroladas.

- (D) enlatadas e ensimesmadas.
- (E) encaixadas e enchidas.

2. (FCC - 2022)

Atenção: Para responder à questão, considere o texto do filósofo francês Yves Michaud.

Atualmente, a maioria das considerações sobre a violência se concentra na criminalidade, cujo aumento quer denunciar. Mas essa progressão da violência criminal não foi provada e o que se assiste é, ao contrário, uma pacificação progressiva da sociedade; admitindo-se ou não, os costumes se civilizaram. O fato de a opinião pública preocupar-se com uma crescente insegurança não tem entretanto nada a ver com o volume efetivo da criminalidade, mas sim com as normas a partir das quais concebemos os fenômenos criminosos. Ao contrário das sociedades do passado, as nossas estão habituadas a uma segurança cada vez maior, que não depende só dos números da criminalidade, mas também e até mais da organização dos seguros e da previdência social, da homogeneidade de um espaço de livre circulação, da regulação de múltiplos aspectos da vida através do Estado. Sobre o pano de fundo de uma segurança crescente, os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume real. No entanto, isso não significa que a mudança das normas possa ser subestimada.

Do ponto de vista histórico, é difícil dispor de informações quantitativas certas sobre um passado distante, mas nossa ignorância não é total; e em todo caso, tudo o que sabemos vai na mesma direção: a violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado.

(Adaptado de: MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989)

Dos seguintes trechos extraídos do texto, aquele cujo enunciado **NÃO** carrega marca da 1ª pessoa do plural é:

- (A) Do ponto de vista histórico, é difícil dispor de informações quantitativas certas sobre um passado distante, mas nossa ignorância não é total...
- (B) ... mas sim com as normas a partir das quais concebemos os fenômenos criminosos.

(C) Ao contrário das sociedades do passado, as nossas estão habituadas a uma segurança cada vez maior...

(D) ... a violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado.

(E) ... em todo caso, tudo o que sabemos vai na mesma direção...

3. (FCC - 2022)

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

Trata-se uma pequena parte do “Prefácio” que o historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) escreveu para seu livro *Era dos extremos – O breve século XX – 1914 – 1991*, publicado em 1994.

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou de historiadores posteriores.

Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro, e durante a maior parte desse tempo – do início da adolescência até hoje – tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pelos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914.

Acho que já é possível ver o Breve Século XX – de 1914 até o fim da era soviética – dentro de uma certa perspectiva histórica. [...] Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século, como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica conhece tudo sobre esse longo período. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controversas – a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo – o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polêmicas.

Este livro, portanto, assenta-se sobre alicerces bastante irregulares. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric, op. cit., p. 7)

Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância.

A frase acima permanecerá gramaticalmente **correta** caso se substitua o segmento sublinhado por

(A) com as quais preciso me restringir

(B) por cujas não devo me manifestar

(C) sobre as quais não tenho domínio

(D) à que não me cabe opinar

(E) a propósito de cujas tenho incompetência

4. (FCC - 2022)

*O animal humano, que é parte da natureza e que dela depende, não se resignou a viver para sempre à mercê dos frutos espontâneos da terra. O desafio que desde logo se insinuou foi: como induzir o mundo natural a somar forças e multiplicar o resultado do esforço humano? **Como colocá-lo a serviço do homem?** O passo decisivo nessa busca foi a descoberta, antes prática que teórica, de que “domina-se a natureza obedecendo-se a ela”. A sagacidade do animal humano soube encontrar nos caminhos do mundo como ele se põe (natura naturans: “a natureza causando a natureza”) as chaves de acesso ao mundo como ele pode ser (natura naturata: “a natureza causada”).*

Processos naturais, desde que devidamente sujeitos à observação e direcionamento pela mão do homem, podiam se tornar inigualáveis aliados na luta pelo sustento diário. Em vez de tão somente surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece para uso e desfrute imediato, como fazia o caçador-coletor, tratava-se de compreender suas regularidades, acatar sua lógica, identificar e aprimorar suas espécies mais promissoras e, desse modo, cooptá-los em definitivo para a tarefa de potencializar os meios de vida. Se a realidade designada pelo termo civilização não se deixa definir com facilidade, uma coisa é certa: nenhum conceito que deixe de dar o devido peso a essa mudança na relação homem-natureza poderá ser julgado completo. A domesticação sistemática, em larga escala, de plantas e animais deu à humanidade maior segurança alimentar e trouxe extraordinárias conquistas materiais.

Mas ela não veio só. O advento da sociedade agropastoril teve como contrapartida direta e necessária uma mudança menos saliente à primeira vista, mas nem por isso de menor monta: a profunda transformação da psicologia temporal do animal humano.

A domesticação da natureza externa exigiu um enorme empenho na domesticação da natureza interna do homem. Pois a prática da agricultura e do pastoreio implicou uma vasta readaptação dos valores, crenças,

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2025)

Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

(A) não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá possuir o mesmo status da Constituição Federal.

(B) assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(D) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

2. (FCC - 2025)

Solange é proprietária de um imóvel urbano, onde reside. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de referida propriedade particular,

(A) assegurada a Solange justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, independentemente de dano.

(B) assegurada a Solange justa e prévia indenização em dinheiro, independentemente de dano.

(C) assegurada a Solange indenização ulterior, independentemente de dano.

(D) não assegurada indenização a Solange, ainda que haja dano.

(E) assegurada a Solange indenização ulterior, se houver dano.

3. (FCC - 2024)

NÃO se trata de direito individual e coletivo previsto na Constituição Federal:

(A) O civilmente identificado será submetido à identificação criminal, para garantia do devido processo legal.

(B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

(C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

(D) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

(E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

4. (FCC - 2023)

Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

(A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.

(B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

(C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

(D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

(E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

5. (FCC - 2023)

De acordo com a Constituição Federal, a prática do racismo constitui

(A) exercício do direito fundamental à liberdade de expressão.

(B) conduta moralmente reprovável, porém lícita.

- (C) contravenção penal sujeita à pena de multa.
- (D) crime de menor potencial ofensivo.
- (E) crime inafiançável e imprescritível.

6. (FCC - 2023)

De acordo com a Constituição Federal, o preso será informado de seus direitos, entre os quais,

(A) direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

(B) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, não possuindo o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão nem dos responsáveis por seu interrogatório policial, para a segurança dos agentes, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial.

(C) direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

(D) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, além do direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial ou pela autoridade judiciária, por meio do habeas corpus.

(E) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e do advogado, além do direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

7. (FCC - 2023)

Um grupo de moradores de um determinado bairro de Salvador decidiu criar uma associação com o objetivo de atuar, de forma lícita, em prol daqueles que ali residem. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a criação dessa associação

(A) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, além de só poder ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, para tanto, o trânsito em julgado.

(B) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, além de só poder ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, para tanto, o trânsito em julgado.

(C) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, além de só poder ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, exigindo-se, para tanto, o trânsito em julgado.

(D) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, além de só poder ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, exigindo-se, para tanto, o trânsito em julgado.

(E) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, além de só poder ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, para tanto, o trânsito em julgado.

8. (FCC - 2022)

Quando o texto constitucional de 1988 assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, está se referindo ao princípio

(A) do contraditório e da ampla defesa.

(B) da legalidade.

(C) da isonomia.

(D) do devido processo legal.

(E) da inafastabilidade da jurisdição.

9. (FCC - 2022)

Suponha que Adriano, hoje com 45 anos de idade, esteja sendo processado por crime de racismo cometido há vinte e dois anos. Considerando apenas as informações fornecidas, se condenado, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Adriano

(A) se sujeitará à pena de reclusão, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

(B) se sujeitará à pena de detenção, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

(C) poderá efetuar o pagamento de fiança para aguardar o julgamento em liberdade.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

2. (FCC - 2022)

Está dentre os princípios que regem as licitações e constam do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o princípio da

- (A) motivação.
- (B) economicidade.
- (C) moralidade.
- (D) segurança jurídica.
- (E) celeridade.

3. (FCC - 2022)

No que diz respeito ao princípio da autotutela, é **correto** afirmar:

- (A) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.
- (B) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(C) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, independente da observância acerca de eventuais direitos adquiridos.

(D) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mantidos, contudo, os direitos que deles se originaram, em obediência ao princípio da segurança jurídica. A revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, caberá apenas ao Poder Judiciário, a fim de que sejam respeitados os direitos adquiridos.

4. (FCC - 2022)

Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a

- (A) competência e a autoexecutoriedade.
- (B) vinculação e a imperatividade.
- (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
- (D) data e o local.
- (E) competência e a finalidade.

5. (FCC - 2024)

Os atos editados pela Administração Pública, por intermédio de seus agentes públicos, veiculando manifestações de vontade, de natureza decisória ou não, constituem

- (A) atos administrativos, se destinados a responder requerimentos de particulares, admitindo, pois, controle interno e externo de mérito e forma.
- (B) atos administrativos, sujeitos a requisitos de validade e, no caso de apresentarem vícios de forma, passíveis de serem sanados.
- (C) atos administrativos ou atos da Administração Pública, sujeitos a amplo controle de legalidade, mas não de mérito, motivo e finalidade.

(D) atos administrativos discricionários, tendo em vista que os atos vinculados não veiculam manifestação de vontade por parte da Administração Pública, apenas decisões.

(E) atos da Administração Pública, apenas constituindo atos administrativos aqueles que representem cumprimento de normas e requisitos legais.

6. (FCC - 2024)

Dentre os poderes da Administração Pública, pode projetar efeitos externos à esfera da organização administrativa o

(A) poder hierárquico, porque fundamenta o exercício de prerrogativas em face de servidores públicos e de particulares sujeitos a vínculo contratual com a Administração Pública, inclusive, pessoas jurídicas.

(B) poder regulamentar, que se destina a disciplinar as relações internas no âmbito da organização administrativa, mas, excepcionalmente, pode ser destinado aos administrados em geral.

(C) poder disciplinar, quando dirigido a particulares sujeitos a vínculo contratual com a Administração Pública.

(D) poder de polícia externa que permite a aplicação de sanções contratuais em face de particulares sujeitos a vínculo com a Administração Pública, não se aplicando aos administrados em geral.

(E) poder de polícia que institui direitos e obrigações aos servidores públicos e aos administrados em geral.

7. (FCC - 2024)

Podem se constituir como pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado

(A) as empresas públicas e as organizações sociais.

(B) os serviços autônomos e as autarquias profissionais.

(C) as empresas subsidiadas e as sociedades de economia mista.

(D) as autarquias e as empresas estatais.

(E) os consórcios públicos e as fundações públicas.

8. (FCC - 2024)

Nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa estatal), a lei que autorizar a criação da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá dispor sobre as diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre, dentre outros,

(A) prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 anos, permitidas 3 reconduções consecutivas.

(B) constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 5 e o número máximo de 10 membros.

(C) requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 5 diretores.

(D) avaliação de desempenho, exclusivamente individual, e de periodicidade semestral, dos administradores e dos membros de comitês.

(E) prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

9. (FCC - 2023)

Considere que determinado cidadão tenha tido sua residência danificada quando da realização de obras em via pública, realizadas por empresa concessionária de serviços públicos de saneamento para reparos de rede coletora de esgoto. A responsabilidade da concessionária pelos prejuízos sofridos pelo cidadão

(A) é de natureza objetiva, demandando a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano, bem como a ausência de excludentes de responsabilização.

(B) demanda a comprovação de negligência, imperícia ou imprudência do agente e a correlação da conduta com os danos sofridos.

(C) é de natureza subsidiária, cabendo o prévio acionamento do poder público, na qualidade de poder concedente dos serviços.

(D) é solidária à do poder concedente, ambas de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de culpa nos termos do Direito Civil.

(E) demanda a prévia responsabilização do agente causador do dano, podendo ocorrer a responsabilização direta da concessionária caso comprovada falha de fiscalização.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. (FCC - 2025)

No que concerne aos tipos de orçamento público apontados pela doutrina, tem-se, que ao adotar a opção de um orçamento do tipo base zero,

(A) verifica-se um significativo aumento das despesas discricionárias, na medida em que tal modelo importa a desvinculação total de receitas com destinação específica.

(B) passa a ser obrigatória a prévia submissão da proposta orçamentária à participação popular, mediante consulta pública, sob pena de nulidade.

(C) assume-se o compromisso de equilíbrio orçamentário, não sendo admissível previsão ou a ocorrência de déficit ao final do exercício.

(D) abandona-se a abordagem incremental, deixando de considerar como base da orçamentação o histórico de receitas e despesas de exercícios anteriores

(E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) perde a sua funcionalidade, na medida em que a Lei Orçamentária Anual passa a ser desvinculada de metas ou parâmetros fixados na LDO.

2. (FCC - 2025)

O orçamento que possui como característica a apresentação da alocação de recursos para atingir objetivos e metas e, embora não citado expressamente, reflete preceitos da Lei no 4.320/1964 ao mencionar sobre o programa de trabalho de um Governo é o

- (A) Orçamento-Programa.
- (B) Orçamento Tradicional.
- (C) Orçamento Base-Zero.
- (D) Orçamento Participativo.
- (E) Orçamento incremental.

3. (FCC - 2024)

Considere as seguintes técnicas orçamentárias e descrições:

Técnicas Orçamentárias	Descrições
I. Orçamento base-zero.	1- Questiona todas as despesas, ainda que não ultrapassem limites. 2- Propicia mecanismos para aferição de resultados. 3- Busca maior contribuição da sociedade na elaboração.
II. Orçamento de desempenho.	
III. Orçamento participativo.	

Representa a associação entre técnicas e descrições:

- (A) I - 3 - II - 2 - III - 1.
- (B) I - 1 - II - 2 - III - 3.
- (C) I - 2 - II - 3 - III - 1.
- (D) I - 2 - II - 1 - III - 3.
- (E) I - 1 - II - 3 - III - 2

4. (FCC - 2024)

O orçamento público tem superado a condição de mera lista autorizativa de gastos, centrada em meios da administração pública. O chamado “orçamento moderno” paulatinamente aproxima os fins a alcançar na peça orçamentária. Considere as quatro técnicas orçamentárias abaixo:

- I. orçamento incremental;
- II. orçamento programa;
- III. orçamento tradicional;
- IV. orçamento de desempenho.

Estão associadas ao chamado “orçamento moderno” as técnicas que constam **APENAS** em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

5. (FCC - 2024)

Carlos, gestor público experiente, está elaborando um orçamento para seu órgão público. Nesse processo, ele decide integrar o planejamento estratégico da instituição ao planejamento orçamentário, de forma a alinhar os recursos com os objetivos institucionais. Por essa razão, ele organiza o orçamento que ajuda a monitorar e alocar os recursos disponíveis. Carlos também não esqueceu de elaborar bons indicadores para acompanhar e medir os resultados, tudo em respeito aos primados da eficiência, eficácia e efetividade. Para otimizar os recursos disponíveis, analisa diversas alternativas e indaga sobre os custos envolvidos, buscando boa relação custo-benefício, enfatizando a importância do aspecto administrativo para uma gestão eficiente do orçamento. Com base no texto, o orçamento elaborado por Carlos reflete as principais características do orçamento:

- (A) contemporâneo
- (B) programa.
- (C) desempenho.
- (D) base- zero.
- (E) participativo.

6. (FCC - 2024)

Considere que a proposta de Lei Orçamentária Anual de determinado ente tenha sido elaborada com base no conceito de um orçamento de base zero. Ao adotar tal opção,

- (A) o princípio do equilíbrio entre receitas projetadas e despesas autorizadas deve ser verificado de forma estrita, com projeção de déficit zero.
- (B) o orçamento do exercício anterior não será utilizado como parâmetro ou montante mínimo das propostas, devendo cada gestor justificar suas reais necessidades de dotações.
- (C) isso significa que a proposta baseia-se nas rubricas constantes no orçamento do exercício anterior, acrescentando apenas o índice da inflação.
- (D) não deverá haver aumento nominal das despesas autorizadas em relação àquelas que constaram da LOA do exercício anterior, salvo as relativas à saúde e à educação.
- (E) a peça orçamentária não poderá prever nenhuma espécie de vinculação ou destinação de receitas a fundos, salvo aquelas previstas constitucionalmente.

7. (FCC - 2022)

A técnica conhecida como orçamento-programa consiste em enfatizar

- (A) a concatenação programática dos atos orçamentários.
- (B) os programas de computador na execução orçamentária.
- (C) a política econômico-financeira e os programas de trabalho de governo nas rubricas.
- (D) os programas de computador na elaboração orçamentária.
- (E) a manutenção dos patamares orçamentários do exercício anterior.

8. (FCC - 2022)

O chamado “orçamento de desempenho” é caracterizado por

- (A) todos os programas serem justificados a cada novo ciclo orçamentário.
- (B) ser elaborado a partir de ajustes marginais nas rubricas de receita e despesa.
- (C) partir de um quantitativo financeiro fixo, obtido mediante aplicação de percentual linear.
- (D) ser mais rapidamente elaborado que nas demais técnicas.
- (E) se orientar mais pelo resultado do gasto do que pela natureza do que é autorizado.

9. (FCC - 2025)

Os princípios orçamentários servem de norte para a elaboração, execução e controle do orçamento público. Entretanto, existem exceções a esses princípios que não se consideram como violações, mas sim adaptações para atender a situações legais específicas.

A repartição do produto da arrecadação dos impostos aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) é um exemplo de EXCEÇÃO ao Princípio Orçamentário da

- (A) Legalidade.
- (B) Não-Vinculação da Receita de Impostos.
- (C) Unidade.
- (D) Universalidade.
- (E) Exclusividade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (FCC - 2021)

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

2. (FCC - 2022)

Embora a ciência da administração se funde em conhecimentos comuns, é necessário conceber diferenças entre administração pública e administração privada, por exemplo:

- (A) na administração pública não se exige desempenho dos funcionários, enquanto na administração privada é possível exigir cumprimento de metas e objetivos.
- (B) a administração pública tem como objetivo o bem-estar do governo, enquanto a administração privada tem como objetivo o bem-estar da coletividade.
- (C) a administração pública é financiada principalmente pela receita operacional, enquanto a administração privada é financiada principalmente pela receita tributária.
- (D) a administração pública somente pode admitir pessoal por concurso público, vedada a investidura exclusivamente em comissão, enquanto a administração privada pode admitir pessoal sem processo seletivo prévio.
- (E) a administração pública opera sob a regra geral da publicidade, enquanto a administração privada opera sob a regra geral do segredo de negócio.

3. (FCC - 2022)

Governança e governabilidade são conceitos

- (A) distintos, sendo que a governança preocupa-se com a sociedade e os seus níveis de poderes, que poderão reagir às suas ações.
- (B) distintos, sendo que a governabilidade se refere ao ambiente político em que se efetivam as ações do sistema de governança, que pode gerar legitimidade, credibilidade e imagem positiva.
- (C) distintos, porque a governabilidade garante a governança.
- (D) distintos, porque a governabilidade é a capacidade de governar por meio de apoio político e popular e a governança é quem garante esse relacionamento.
- (E) sinônimos.

4. (FCC - 2023)

Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Trata-se de um dos pilares da governança denominado

- (A) responsabilidade empresarial.
- (B) *accountability*.
- (C) equidade.
- (D) transparência.
- (E) *compliance*.

5. (FCC - 2024)

O termo governabilidade refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade, como a forma de governo, a relação entre os poderes, os sistemas partidários. Já a governança refere-se

- (A) à prerrogativa de do governo em representar politicamente a sociedade.
- (B) à relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade.
- (C) às condições do exercício da autoridade política.
- (D) à capacidade governativa em sentido mais amplo.
- (E) à capacidade de governo representar interesses de suas instituições.

6. (FCC - 2024)

Accountability é

- (A) o exame de relação entre a implementação de um programa e seus impactos na confiança da empresa e as decisões emitidas por seu gestor
- (B) um conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência das práticas públicas.
- (C) um processo contínuo e iterativo que visa manter uma organização e dar-lhe transparência e integração ao seu ambiente.
- (D) um conjunto de métodos e técnicas que estabelecem uma relação de causalidade entre um programa e/ou um projeto e o resultado.
- (E) a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos, bem como de propostas e metas alcançadas.

7. (FCC - 2024)

Entre os pilares das boas práticas de governança insere-se o conceito de *accountability*, que

- (A) se materializa por meio de mecanismos para que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações.
- (B) corresponde à segregação das funções de gestão, fiscalização, monitoramento e avaliação, como forma de evitar contaminações e vieses.
- (C) significa gestão de riscos, o que inclui mecanismos de identificação, mensuração e mitigação dos efeitos correspondentes.
- (D) constitui um princípio contábil que demanda, com base no dever de prudência, efetuar provisões para os passivos contingentes.
- (E) corresponde à boa-fé objetiva, razão pela qual deve-se presumir que todo gestor atua no melhor interesse da organização e da sociedade.

8. (FCC - 2023)

O conceito de *accountability*, aplicado à gestão pública, corresponde

- (A) às Práticas liberais, como desestatização, privatização e terceirização, próprias do modelo de Estado mínimo.
- (B) à Convergência contábil, com a adoção de demonstrações financeiras nos moldes das empresas privadas.

(C) às Boas práticas de gerenciamento de pessoal, coibindo discriminação, assédio moral e condutas abusivas.

(D) ao Processo de elaboração das peças orçamentárias, incluindo o Plano Plurianual - PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, com fixação de metas e indicadores de resultado

(E) à Obrigação de prestar contas e responsabilização pelos atos e resultados no desempenho das funções públicas.

9. (FCC - 2023)

A reforma burocrática da Administração Pública visa romper com o patrimonialismo e caracteriza-se pela forma de dominação “weberiana” denominada

- (A) carismática.
- (B) tradicional.
- (C) racional-legal.
- (D) ilegítima.
- (E) liberal.

10. (FCC - 2022)

Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são:

(A) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.

(B) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão, enquanto a Administração Pública Societal é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano e enfatiza a eficiência administrativa fundamentando-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.

(C) A Administração Pública Gerencial é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano, enfatiza a eficiência administrativa e

NOÇÕES DE PROCESSO LEGISLATIVO

1. (FCC - 2019)

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (B) cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.
- (C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (D) o número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.
- (E) cada Senador será eleito com 3 suplentes.

2. (FCC - 2022)

Segundo o que dispõe a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- (A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- (C) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. (FCC - 2022)

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor, dentre outras, sobre as matérias referentes

- (A) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- (B) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- (C) à concessão de anistia; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
- (D) aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
- (E) à concessão de anistia; convocar plebiscito; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

4. (FCC - 2019)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca do Congresso Nacional,

- (A) cada Território elegerá oito Deputados.
- (B) cada Senador será eleito com um suplente.
- (C) é de sua competência exclusiva resolver definitivamente sobre tratados ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (D) a representação total de cada Estado e do Distrito Federal no Congresso Nacional será renovada de oito em oito anos.
- (E) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por três quintos dos votos, presente a maioria simples de seus membros.

5. (FCC - 2019)

Cabe ao Congresso Nacional

(A) eleger membros do Conselho da República, submetendo, posteriormente, a decisão à ratificação do Presidente da República.

(B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(D) dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

(E) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

6. (FCC - 2024)

Suponha que o Presidente da República tenha praticado crime de responsabilidade e que um Ministro de Estado tenha praticado crime, da mesma natureza, conexo com esse praticado pelo Presidente da República. Considerando apenas as informações fornecidas, nesse caso hipotético, a competência privativa para processar e julgar

o Presidente da República

(A) e o Ministro de Estado é do Supremo Tribunal Federal, ao qual compete, também, processar e julgar privativamente os Ministros de Estado nas infrações penais comuns.

(B) e o Ministro de Estado é do Senado Federal, ao qual compete, também, processar e julgar privativamente os Ministros de Estado nas infrações penais comuns.

(C) e o Ministro de Estado é do Senado Federal, ao qual compete, também, processar e julgar privativamente os membros do Conselho Nacional do Ministério Público nos crimes de responsabilidade.

(D) é do Senado Federal e a competência para processar e julgar privativamente o Ministro de Estado é do Supremo Tribunal Federal.

(E) é do Supremo Tribunal Federal e a competência para processar e julgar privativamente o Ministro de Estado é do Senado Federal.

7. (FCC - 2019)

Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Poder Legislativo,

(A) os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

(B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.

(C) compete privativamente ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(D) compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(E) os Deputados e Senadores são invioláveis penal, mas não civilmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

8. (FCC - 2020)

Comissão Parlamentar de Inquérito da ALAP (Assembleia Legislativa do Amapá) determinou a uma empresa privada a exibição de documentos necessários as suas investigações. A empresa recusou-se a exibi-los. Nesse caso hipotético, na condição de procurador da ALAP, a fim de que a CPI tenha acesso aos documentos, a orientação jurídica correta é:

(A) A Comissão Parlamentar de Inquérito deverá postular ao Poder Judiciário uma ordem de busca e apreensão dos documentos, expondo fundamentadamente as suas razões.

(B) A ALAP deverá postular ao Poder Judiciário uma ordem de busca e apreensão dos documentos, expondo fundamentadamente as suas razões.

(C) A Mesa da ALAP deverá postular ao Poder Judiciário uma ordem de busca e apreensão dos documentos, expondo fundamentadamente as suas razões.

NOÇÕES DE LEGÍSTICA

1. (2024)

1) Analise o caso a seguir.

O Congresso Nacional editou Lei Ordinária X, consignando, em seu texto, que a norma passará a vigor na data de sua publicação, o que ocorreu em 1º de março de 2024. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, por sua vez, dispõe, logo em seu artigo 1º, acerca da aplicação da lei no tempo, a qual também deve ser levada em conta para se definir o termo inicial da vigência de qualquer diploma normativo.

Nesse caso, como será a produção dos efeitos dessa Lei Ordinária X?

- (A) A Lei X terá sua vigência ocorrendo imediatamente desde o dia 01/03/24.
- (B) A Lei X começará a produzir seus efeitos 45 dias após a data consignada no seu texto.
- (C) Correções de texto pelo Legislativo na Lei X não modificarão o termo inicial de vigência.
- (D) Eventuais alterações de redação da Lei X não influenciarão na data de sua vigência.

2. (2023)

2) Ninguém pode alegar desconhecimento de lei para justificar a sua inobservância. Neste sentido, compreender a vigência da lei no tempo e no espaço é fundamental.

No que tange à vigência da lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) O efeito conhecido por repristinação ocorre quando a lei posterior é incompatível com a lei anterior, ou quando a lei nova regule inteiramente a matéria que tratava a lei anterior.
- (B) A lei nova, com disposições gerais, revoga a lei anterior especial por um critério lógico temporal. A lei nova especial revoga a anterior com disposições gerais por um critério hierárquico de comando.
- (C) Havendo nova publicação de texto de lei antes desta entrar em vigor destinada à sua correção, a regra geral de início da vigência, salvo disposição em contrário de quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, será contado da nova publicação.

(D) Quando um texto de lei expressamente indica que a lei anterior deixa de valer e será integralmente substituída pela lei nova, este ato jurídico ganha o nome de “derrogação” e, por força legal, entra em vigor imediatamente a nova lei, não sendo possível manter, neste caso, a validade da lei anterior durante eventual *vacatio legis*.

3. (2023)

3) De acordo com o que estabelece a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e suas alterações posteriores:

- (A) a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada
- (B) a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada
- (C) a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada
- (D) a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia oito meses depois de oficialmente publicada
- (E) a lei começa a vigorar em todo o país cinquenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dez meses depois de oficialmente publicada

4. (2022)

4) No que se refere ao disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada
- (B) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 120 dias depois de oficialmente publicada
- (C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova
- (D) Mesmo se for destinada à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue
- (E) A lei revogada, via de regra, restaura-se por ter a lei revogada perdido a vigência

5. (2022)

5) De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, podemos afirmar corretamente, EXCETO:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (B) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- (C) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- (D) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

6. (2021)

6) Determinada lei foi oficialmente publicada em 1º de fevereiro de 2021. Em 2 de fevereiro de 2021, foi republicada no Diário Oficial, destinando-se essa nova publicação à correção do seu texto. Em ambas as publicações, o texto da lei se limitou a dispor que ela passaria a ter vigência “na forma da lei”. Nesse caso, sabendo-se que, de acordo com o artigo 1º, caput, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, pode-se afirmar que a lei em questão começou a vigorar no País quarenta e cinco dias depois da publicação ocorrida em

(A) 1º de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo.

(B) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo.

(C) 1º de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo.

(D) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo.

(E) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo.

7. (2019)

7) Publicada uma lei considerada de ordem pública, se, durante o período de sua “vacatio”, realizar-se negócio jurídico que por ela foi proibido, ele será:

- (A) válido, já que a lei nova ainda não está em vigor.
- (B) ineficaz, já que caracteriza abuso do direito.
- (C) inexistente, posto que contraria a ordem pública.
- (D) anulável, já que configura dolo bilateral.
- (E) nulo, já que fraudava lei imperativa.

8. (2019)

8) Considerando o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, é CORRETO afirmar que:

- (A) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- (B) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- (C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- (D) A Lei em vigor terá efeito imediato e retroativo, respeitadas o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!